



PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**131ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CNPS

25 de abril de 2007
Brasília - DF

54 **II – ABERTURA**

55

56 Presidindo a Mesa, o Sr. Secretário de Políticas do Ministério da Previdência Social,
57 Helmut Schwarzer, abriu a 131ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
58 Previdência Social, desejando bom dia aos presentes e pediu desculpas em nome do
59 Ministro Luiz Marinho, que não teve condições de estar presente na reunião, porque
60 iria acompanhar o Presidente Lula numa viagem para o Chile, onde teriam uma
61 reunião com a Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, sendo que um dos itens dessa
62 reunião seria a assinatura de um novo acordo de Previdência entre o Brasil e o Chile
63 para reconhecimentos de tempos de contribuição, bem como a promoção de
64 atualizações da legislação entre ambos os países. O Presidente ressaltou que, em
65 dezembro de 2006, o Sr. João Donadon e o Sr. Jorceli de Souza estiveram no Chile e
66 participaram da negociação desse acordo. Em seguida, falou da importância do
67 prestígio que o Presidente da República dá ao Ministro da Previdência, convidando-o a
68 acompanhar pessoalmente a assinatura do novo acordo entre o Brasil e o Chile.
69 Destacou que, além do Chile, Itália, Portugal, Espanha e Argentina também são
70 países com os quais nós temos um relacionamento previdenciário mais intenso e com
71 os quais nós temos o maior número de benefícios concedidos com reconhecimento de
72 tempos de contribuição. Em seguida, o Sr. Presidente comunicou à mesa a posse do
73 companheiro Nilson Bahia, que representava a Força Sindical em substituição ao
74 companheiro Ricardo Patah. O Sr. Presidente agradeceu a disposição do Sr.
75 Conselheiro Nilson Bahia de participar do Conselho saudou-o e lhe desejou muito
76 sucesso. A seguir, o Sr. Presidente citou os itens da Ordem do Dia, sendo, o primeiro,
77 a importância das projeções demográficas de longo prazo, apresentadas pela Dra.
78 Ana Amélia Camarano – Coordenadora da Área de População e Cidadania do IPEA e
79 Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Dando continuidade, O
80 Sr. Presidente informou que o segundo item da Ordem do Dia seria a apresentação
81 feita pelo Sr. João Donadon – Diretor do Departamento do Regime Geral de
82 Previdência Social –, na qual seriam vistos os indicadores recentes de Auxílio-Doença.
83 O Presidente da mesa fez uma avaliação sobre o Fórum de Previdência Social e
84 destacou que ele está indo bem. Informou que aconteceu a Quarta Reunião Técnica
85 do Fórum, e que foram apresentados dois painéis, um de manhã – sobre
86 financiamento – e outro à tarde – sobre a questão da coordenação entre a Previdência
87 e a Assistência Social, questões de distribuição de renda. Citou que surgiram opiniões
88 muito variadas e ressaltou que o objetivo do Fórum é exatamente este. O Sr.
89 Presidente passou, então, a presidência da mesa para o Sr. João Donadon, para que
90 ele assumisse a coordenação dos trabalhos, já que teria de se ausentar para ajudar o
91 Ministro a terminar os preparativos para sua viagem. Em seguida, pediu que a Dra.
92 Ana Amélia também ocupasse um lugar à mesa.

93

94 **III – EXPEDIENTE**

95

96 O Sr. Presidente submeteu à votação a Ata da 130ª Reunião Ordinária, realizada no
97 dia 28 de março de 2007, a qual foi aprovada por unanimidade.

98

99 **IV – ORDEM DO DIA**

100

101 1 – Demografia e Previdência Social

102

103 O Sr. Presidente solicitou que a Sra. Ana Amélia Camarano começasse a sua
104 apresentação. A Sra. Ana Amélia Camarano agradeceu o convite do Sr. João
105 Donadon e do Sr. Helmut Schwarzer pela oportunidade de estar ali, tanto como
106 pesquisadora do IPEA, quanto como conselheira do Conselho Nacional dos Direitos
107 do Idoso, e ressaltou que o Conselho do Idoso e o Conselho da Previdência tinham
108 tudo a ver um com o outro. Em seguida a Sra. Ana Amélia destacou que já havia feito

109 a mesma apresentação, anteriormente, no Fórum da Previdência, no Ministério e na
110 Secretaria Especial dos Direitos da Mulher e falou que o objetivo da sua apresentação
111 era analisar a dinâmica recente da população brasileira, da nupcialidade, dos arranjos
112 familiares com ênfase nas mudanças nos papéis da mulher, para entender em que
113 medida a mudança no papel da mulher vai afetar a demanda por benefícios e a oferta
114 de contribuintes. A Sra. Ana Amélia disse como ela organizou a apresentação,
115 começando por uma visão geral das tendências de crescimento da população
116 brasileira; dos componentes deste crescimento; as características e o movimento da
117 população em idade ativa em direção ao mercado de trabalho. Afirmou que a
118 previdência não pode ser dissociada do mercado de trabalho, sendo, na verdade, um
119 outro lado deste. Enquanto a escola é a entrada, a previdência é a saída. Informou,
120 ainda, que analisaria as mudanças na família e no papel social da mulher; as
121 perspectivas de crescimento para a população em idade ativa e da população idosa e,
122 finalmente, que apresentaria algumas sugestões e que perspectivas se poderia ter no
123 futuro com uma política de renda para os novos idosos. A Sra. Ana Amélia começou a
124 apresentação com a história da população brasileira desde que se tem dados
125 censitários, desde o ano de 1.872, mostrando que no último censo de 2000, contaram-
126 se 176 milhões de brasileiros. Foi mostrado um gráfico no qual se podia verificar a
127 taxa bruta de natalidade que ia de 1870 até, mais ou menos, 2000. Nesse mesmo
128 gráfico, via-se que, nos anos 50 até 70, a taxa de natalidade era muito alta e que a
129 taxa de mortalidade tinha caído muito, e que foi exatamente nos anos 50 e 60, que a
130 população brasileira experimentou as maiores taxas de crescimento. A Sra. Ana
131 Amélia ressaltou que isso ocorreu em quase todo o mundo em desenvolvimento e foi
132 um período que ficou conhecido como período do *Baby Boom*. Em outro gráfico, foi
133 mostrada a taxa de fecundidade total, o número médio de filhos por mulher que, nas
134 décadas de 50 e 60, era em torno de seis filhos por mulher. Ela afirmou que as
135 crianças, filhos do *Baby Boom*, são as crianças que iriam entrar na idade idosa a partir
136 do ano de 2010 e 2020 e que são chamadas de *elderly boomers*, são os *baby*
137 *boomers* que estão se transformando nos *elderly boomers*. Disse que, quando foi
138 constatado esse crescimento nos anos 70 e 80, isso gerou uma preocupação tão
139 grande que produziu uma indústria de planejamento familiar e de controle de
140 natalidade, com medo de uma explosão populacional. Em um outro gráfico foi
141 mostrado que a taxa de crescimento, a partir dos anos 70, começou a diminuir porque,
142 apesar de a mortalidade ter diminuído, a taxa de natalidade também foi diminuindo.
143 Concluiu então que toda essa preocupação fez com que nós chegássemos agora, no
144 final do século, com uma taxa de reposição, que está em torno de 2,1 filhos por
145 mulher. Informou que, se essa taxa continuar a decrescer, a população brasileira
146 começará a diminuir a partir de 2020. A Sra. Ana Amélia chamou a atenção para o fato
147 de que essa é exatamente uma das pressões sobre o sistema previdenciário. A seguir,
148 apresentou uma outra questão que talvez possa ser mais séria: a mortalidade também
149 caiu muito e a esperança de vida masculina, em 20 anos, aumentou oito anos e a
150 feminina, 9,3 anos. Houve ganhos em todas as idades. Os ganhos maiores foram para
151 o zero ano, devido à queda da mortalidade infantil. Conclui-se, então, que hoje a
152 esperança de vida é de mais ou menos 68 anos para homens e 75 anos para as
153 mulheres. A Sra. Ana Amélia ressaltou que as mulheres vivem em média 7,7 anos a
154 mais que os homens e que isso deveria ser considerado na discussão sobre a questão
155 da legislação previdenciária. Afirmou que parte desse diferencial é explicada pelo
156 aumento da mortalidade da população masculina adulta jovem por homicídios e
157 acidentes de trânsito. Alertou que isso, em termos de força de trabalho, está tirando o
158 homem dois anos em média do mercado de trabalho. Reforçou que é necessário se
159 pensar hoje no segmento que está entrando na corte idosa, porque é esse grupo que
160 nasceu nos anos 50 e 60 que experimentou os maiores ganhos em termos de
161 esperança de vida, ou seja, as maiores reduções de mortalidade infantil e com a
162 introdução das novas tecnologias médicas, o antibiótico, as medidas de saúde pública,
163 uma melhoria na base alimentar, as vacinas, a redução da mortalidade materna, além

164 de, hoje em dia, esse grupo ser o grande beneficiário das pontes de safena. Foi
165 mostrado um gráfico, em que se via que a taxa de fecundidade estava decaindo,
166 fazendo com que atualmente a população menor de 15 anos esteja diminuindo. Foi
167 possível se ver uma redução significativa já tanto relativa quanto absoluta da
168 população jovem. Hoje a população brasileira deixou de ser jovem, mas ainda não é
169 idosa, é uma população na idade madura, que é concentrada entre 30 e 50 anos. Em
170 seguida, viu-se que até 2010, a tendência ao envelhecimento ainda há de se acelerar.
171 Foi feita uma síntese do que está na pirâmide demográfica: o que houve foi que o
172 envelhecimento foi dado pela mudança de pesos da população; a população que tinha
173 mais de 60 anos, por exemplo, era 4,8% do total e passou para 8,6%. Além disso,
174 houve o envelhecimento pela base. Foi citada a questão de que a mulher morre mais
175 tarde do que o homem, fazendo com que, quanto mais velho o segmento populacional,
176 maior seja a proporção de mulheres, o que, por sua vez, tem causado a feminização
177 da velhice: há muito mais mulheres entre os idosos do que homens, e há muito mais
178 viúvas. A Sra. Ana Amélia abordou o tipo de implicações que poderíamos pensar para
179 um sistema previdenciário. Chamou a atenção para o fato de que o desafio não se
180 deve apenas ao crescimento a taxas elevadas da população idosa, e disse que todo
181 mundo tende a culpar, a responsabilizar o crescimento da população idosa, mas que
182 há, também, o crescimento menor da população em idade ativa e, conseqüentemente,
183 da população contribuinte. Segundo ela, esse é um ponto importante porque se a
184 população idosa estivesse crescendo muito, mas a população em idade ativa e a
185 população contribuinte também estivessem crescendo muito, não haveria a
186 necessidade de se debater sobre a crise na previdência. Ressaltou que esse é o ponto
187 em que se deve pensar. Explicou que, para se ter uma idéia de como essa relação
188 mudou, em 1980, para cada idoso, havia 9,2 pessoas em idade de 15 a 59 anos,
189 enquanto que, em 2000, essa razão caiu para 7,2 pessoas. Ou seja, o número de
190 ativos por idoso caiu. Reforçou o fato de que os desafios acarretados pelo
191 envelhecimento populacional não se devem apenas ao crescimento da população
192 idosa, mas, também, ao menor crescimento da população em idade ativa e
193 contribuinte. Mostrou que a razão entre trabalhadores e beneficiários passou de 5,7
194 trabalhadores por beneficiário em 1985, para 3,9 em 2005 e que a razão entre
195 contribuintes e beneficiários passou de 2,7 contribuintes por beneficiário em 1985 para
196 1,8 em 2005. Explicou que o que está acontecendo com as entradas no mercado de
197 trabalho é que elas estão sendo adiadas devido ao aumento da escolaridade e que
198 esse é um fato positivo: tanto há um acesso maior à educação, como o mercado de
199 trabalho está exigindo uma qualificação maior. As saídas se dão por morte e por
200 razões outras como aposentadorias e, no caso das mulheres, ainda pelo casamento e
201 pela maternidade. A Sra. Ana Amélia mostrou que a grande revolução no mercado de
202 trabalho está sendo feita pelas mulheres. Há uma diminuição da participação
203 masculina no mercado de trabalho e as entradas masculinas no mercado de trabalho
204 têm diminuído em todas as idades. A Sra. Ana Amélia apresentou um gráfico que
205 mostrava as saídas por mortes e as saídas por aposentadorias, que aumentam com a
206 idade. Foi mostrado que as saídas por morte diminuíram. Foi mostrado, também, que
207 apesar de as mulheres entrarem menos no mercado de trabalho, houve um grande
208 avanço nas suas entradas, e que essas entradas têm um efeito enorme nos arranjos
209 familiares, na questão de receber menos benefício e de provisão do orçamento
210 familiar. Destacou que o mais importante é a entrada maciça de mulheres no mercado
211 de trabalho a partir dos anos 80 e, principalmente, na década de 90. A mulher entrou
212 não só por uma questão de status, tendo adquirido, hoje, um importante papel na
213 questão do orçamento familiar. Foi mostrado que as pessoas estão entrando na escola
214 um ano mais cedo e que as mulheres estão entrando quase dois anos mais tarde no
215 mercado de trabalho, o que tem a ver com a redução dos trabalhos domésticos. Além
216 disso, antecipou, em quase seis anos, a entrada delas na aposentadoria. A Sra. Ana
217 Amélia disse que quem sai primeiro do mercado de trabalho por aposentadoria sai
218 pela aposentadoria por invalidez. E que, contraditoriamente aos ganhos das condições

219 de saúde, a idade média da aposentadoria por invalidez está se reduzindo. A segunda
220 saída precoce é a aposentadoria por idade, que é a que menos antecipou. Afirmou
221 que dada essa dinâmica há um crescimento a taxas elevadas de um segmento
222 considerado dependente, num contexto de crescimento reduzido da população em
223 idade ativa e, no caso brasileiro, a informalização parece exercer um impacto negativo
224 mais expressivo na equação previdenciária do que a dinâmica demográfica. Além
225 disso, certamente comprometerá a possibilidade de aposentadoria para os idosos do
226 futuro. Foi mostrado que, embora tenha havido um aumento na taxa de formalização
227 da economia, em 2005, de 85% dos homens que faziam parte da PEA, só 45,5%
228 contribuíram para a seguridade social. Das mulheres, 59,1% faziam parte da PEA e
229 apenas 28,5% contribuíram para a seguridade social. Ressaltou que as perspectivas
230 de aposentadoria para os idosos dos próximos 20 anos não são promissoras e são
231 menores ainda para as gerações que têm, hoje, de 20 a 40 anos. Em 2005, menos de
232 10% da população maior de 65 anos recebia o Benefício de Prestação Continuada por
233 Idade Avançada (BBC) ou a Renda Mensal Vitalícia. E concluiu-se que dificilmente a
234 Assistência Social terá capacidade fiscal para garantir renda para esse segmento
235 elevado da população, hoje desempregada ou no setor informal. Um outro assunto
236 que foi abordado foi à inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho,
237 alterando o seu papel de apenas cuidadora para o de cuidadora e provedora, gerando
238 mudanças expressivas nos arranjos familiares sem que isso tenha sido acompanhado
239 por mudanças na legislação previdenciária. Uma das conseqüências da mudança no
240 papel da mulher e da não mudança na legislação é que 12% das mulheres de 60 anos
241 e mais recebiam em 2005 o benefício da aposentadoria e a pensão por morte. A Sra.
242 Ana Amélia lembrou que houve um aumento de mulheres chefes de família e uma
243 diminuição no número de mulheres que não têm filhos, causando uma mudança na
244 forma dos arranjos familiares. O arranjo predominante no Brasil ainda é um arranjo de
245 duas gerações, ou seja, um arranjo formado de casais com filhos, mas ele passou de
246 83% para 77%. Houve um aumento grande da família de casais sem filhos, um
247 aumento de mulheres que moram sozinhas e um aumento de mães com filhos.
248 Ressaltou que, embora a família brasileira seja predominantemente de duas gerações,
249 com o resultado da ampliação da cobertura da seguridade social e das dificuldades
250 dos jovens de inserção no mercado de trabalho, da gravidez precoce, etc, cresce no
251 Brasil o número de famílias de três gerações, ou seja, avô, filhos e netos. Esse ainda
252 não é um arranjo predominante, mas tem crescido. Foi visto que proporção de viúvas
253 aumenta com a idade, obviamente, mas ela diminuiu muito ao longo de 1980 a 2000.
254 A Sra. Ana Amélia explicou que isso se deve ao aumento do número de separações e
255 prosseguiu falando sobre uma outra grande mudança, que consiste no aumento de
256 domicílios brasileiros que só têm renda da mulher. Essa proporção de domicílios que
257 só têm renda da mulher passou de 10,6% para 17,4%. Passou de 2,9% para 8,7%, o
258 total de casais em que a mulher em posição de cônjuge tem uma renda maior do que
259 a do marido. E naqueles em que a mulher tem a posição de chefe passou de zero para
260 1,6%, ou seja, são casais em que ela é a chefe da família e o marido é o cônjuge. A
261 Sra. Conselheira Paula Bicudo de Castro Magalhães questionou sobre a diferença
262 entre esses dois grupos, entre ser chefe e cônjuge. A Sra. Ana Amélia respondeu que
263 quando a mulher é casada, mas se declara chefe do domicílio, o marido é o cônjuge.
264 Ela também mostrou que o número de mulheres que declaravam cuidar dos afazeres
265 domésticos praticamente não mudou entre 1995 e 2000. Entre os homens, aumentou
266 a proporção de homens que cuidam dos afazeres domésticos. Isso mostra que,
267 embora tenha crescido a proporção de homens que cuidam dos afazeres domésticos,
268 a mulher ainda é a principal cuidadora. O Sr. Conselheiro Eptácio Luiz Epaminondas
269 pediu que a Sra. Ana Amélia explicasse novamente a questão do percentual das
270 mulheres que estavam ocupadas e das que estavam livres e também a questão da
271 renda. O Sr. Conselheiro Evandro Morello também complementou a pergunta do Sr.
272 Conselheiro Eptácio Luiz Epaminondas com a questão da participação do homem nos
273 afazeres domésticos. A Sra. Ana Amélia Camarano esclareceu que o valor mostrado

274 no gráfico era o da renda das mulheres sobre todas as rendas, e não o número de
275 pessoas. Disse que a mulher é quem, predominantemente, cuida dos afazeres
276 domésticos: os homens gastam 9,8 horas semanais com essa atividade e as mulheres
277 25, o que mostra que elas passaram a assumir o papel de provedoras, mas continuam
278 sendo as principais cuidadoras. Dando continuidade, explicou que o comportamento
279 da taxa de mortalidade da população idosa seria determinante na dinâmica do
280 crescimento desse segmento, principalmente da população muito idosa, e que, com o
281 avanço da tecnologia médica, a mortalidade da população idosa tende a ocorrer cada
282 vez mais tarde, aumentando a esperança de vida que, hoje, é de 67,2 anos, no caso
283 dos homens, para 80,2 anos e, no caso das mulheres, de 74,8 anos para 86,9 anos –
284 números que já se verificam no Japão. As perspectivas são de que a população idosa
285 – maior de 60 anos – vai continuar crescendo, tendendo a atingir quase 40 milhões de
286 idosos em 2030. Ela alertou que a relação entre a população em idade ativa e a
287 população idosa continua a diminuir e a diminuir muito e que esse é um ponto muito
288 importante. Continuou dizendo que se trata do crescimento de um segmento
289 populacional considerado inativo ou dependente, ocorrendo simultaneamente a um
290 encolhimento relativo do segmento em idade ativa ou produtiva. Destacou a
291 necessidade de se pensar nas perspectivas de renda para os idosos do futuro ou, em
292 outras palavras, pensar no financiamento da Seguridade Social. Disse que, em sua
293 visão particular, as maneiras tradicionais de financiar a Seguridade Social – ou seja,
294 via contribuição – não serão suficientes para lidar com a população idosa do futuro
295 nesse contexto de informalização generalizada da economia. Sugeriu o aumento do
296 número de trabalhadores na ativa e sua inserção no mercado formal. Sobre a
297 contribuição sazonal, destacou o avanço trazido pela Lei Complementar 123 e que a
298 contribuição sazonal pode ser compatível com o trabalho sazonal. Disse que não há
299 dúvida de que a rede de cobertura de benefícios financiados com impostos gerais
300 deve ser ampliada. Ressaltou a necessidade de se manter a população na ativa o
301 maior número de anos possíveis, o que pode se dar pelo adiamento da idade mínima
302 de aposentadoria, pela redução das aposentadorias por invalidez (política de saúde
303 ocupacional) e por meio de uma política de redução de preconceitos com relação à
304 participação do idoso no mercado de trabalho. O fator previdenciário, segundo a Sra.
305 Ana Amélia, deve ser repensado, levando em conta os diferenciais por sexo na
306 esperança de vida, pois da forma atual ele é sobreestimado em relação aos homens,
307 pela maior esperança de vida feminina, o que, relativamente falando, rebaixa o
308 benefício dos homens e aumenta o benefício das mulheres. Continuou lembrando ser
309 necessário repensar vários fatores, como as diferenças na estrutura dos sistemas de
310 Previdência Social por sexo; as formas de contribuição (tempo, alíquota); os
311 tradicionais benefícios (se poderão ser duplos ou não); o valor das pensões por morte,
312 readaptando-os à nova realidade das famílias com mais de um provedor ou das
313 mulheres que, mesmo casadas, não têm filhos. Alertou que a solução para a crise, que
314 é mundial, não será fácil nem simples e deverá ser pactuada com a sociedade. O Sr.
315 Presidente agradeceu a Sra. Ana Amélia pela apresentação feita e destacou que ela
316 conseguira dar aos presentes uma visão geral da dinâmica da população. Passou, em
317 seguida, a ressaltar alguns pontos apresentados: a participação da mulher no mercado
318 de trabalho, principalmente nas últimas décadas e, como consequência disso, uma
319 redução no número de nascimentos, na fertilidade; dados importantes, que serviram
320 de alívio em relação à tendência do crescimento da população idosa (visto que esta,
321 em algum momento, também vai sofrer um declínio); a necessidade de se otimizar a
322 sobrevida que foi ganha ao longo do tempo e da pressão que essa sobrevida trouxe
323 para o sistema previdenciário. Em seguida, questionou se a redução na fertilidade da
324 mulher teria sido reflexo realmente do ganho na liberdade obtido pelo sexo feminino,
325 ao que a Sra. Ana Amélia explicou que há muitos trabalhos sendo feitos para entender
326 o porquê dessa queda, mas que nem sempre as políticas de planejamento familiar são
327 as responsáveis, como no caso da Índia. Acrescentou que, pelo fato de a realidade
328 brasileira ser tão diversa, qualquer modelo que se aplica dá certo, que qualquer

329 variável explica o fenômeno, entre elas, citou aumento da escolaridade feminina, o
330 aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a urbanização e a
331 mudança nos hábitos culturais da mulher. Explicou que outro fator seria a acentuação
332 do consumismo após a 2ª Guerra Mundial, que colocou muita pressão sobre as
333 famílias, de novos bens, de novas necessidades, e que isso começou a chocar com a
334 restrição de renda com o fato de se ter filhos. O Sr. Presidente, então, anunciou que
335 havia três inscritos para fazer perguntas e passou a palavra ao Sr. Conselheiro
336 Epitácio Luiz Epaminondas, que demonstrou preocupação com o fato de a mulher
337 estar sendo prejudicada duas vezes, ao que a Sra. Ana Amélia esclareceu que, na
338 verdade, o homem é que é prejudicado em relação ao fator previdenciário. O Sr.
339 Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas, então, disse que gostaria de entender um
340 pouco mais sobre aquilo, já que, da forma como fora colocada, a mulher trabalharia,
341 mas não poderia estar na previdência. O Sr. Presidente, então, passou a palavra a
342 Sra. Conselheira Josepha Theotônia de Britto, que, após parabenizar a Sra. Ana
343 Amélia pelo trabalho apresentado, disse que tinha os seguintes questionamentos: qual
344 é o impacto que existe na mortalidade masculina, entre 16 e 30 anos, em função da
345 violência e das causas que tiram a vida dos homens mais cedo? No caso das
346 mulheres, qual o potencial econômico da mulher em função de toda essa coisa de
347 viver mais, de poder trabalhar mais? Os idosos com baixa renda conseguem fazer
348 ponte de safena? E, por fim, qual é a renda daqueles que conseguem chegar aos 70
349 anos? A seguir, A Sra. Conselheira Alessandra da Costa Lunas questionou se seria
350 simplesmente para a idade e para o ciclo de vida que se deveria olhar e que essa tem
351 sido a ótica de muitas pessoas, o que era preocupante. A seguir, solicitou que a Sra.
352 Ana Amélia discorresse mais sobre a questão da contribuição sazonal de
353 assalariados. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Conselheiro Evandro José
354 Morello, que trouxe duas questões: uma grande preocupação com relação à
355 previdência da mulher rural, pois não conseguia ver dados sobre isso; e qual seria a
356 taxa de fertilidade necessária para a manutenção de uma força ativa sustentável? A
357 Sra. Ana Amélia Camarano retomou sua fala esclarecendo que a questão da mulher
358 ainda precisa ser mais estudada, que a questão previdenciária depende de reformas
359 de longo prazo, que devem ser feitas em algum momento, mas primeiro no âmbito da
360 gestão, pois mudanças constitucionais geram perda de credibilidade para o sistema.
361 Em relação à mulher, informou que uma nova forma de financiamento terá de ser
362 pensada e que estava fazendo um trabalho sobre a problemática feminina. Destacou,
363 a seguir, que o fato de haver mulheres que ganham menos do que homens é um
364 reflexo do mercado de trabalho, que funciona assim, e que existe uma proposta, num
365 trabalho do IPEA, de aumentar em dois anos a idade da mulher para a aposentadoria.
366 Em relação à ponte de safena, esclareceu que houve um avanço muito grande e que
367 esse procedimento já pode ser feito até mesmo na rede pública. Disse que a
368 separação de dados entre a mulher da área rural e a da área urbana seria feita numa
369 etapa seguinte de seu estudo. Em relação à contribuição sazonal, esclareceu que se
370 trata de uma experiência e que não sabia muito mais do que já dissera. Quanto à
371 questão do Sr. Conselheiro Evandro José Morello, esclareceu que há um exercício
372 estatístico que diz que 2,1 filhos por mulher são necessários para se fazer à reposição
373 da população. A seguir, o Sr. João Donadon passou a palavra ao Sr. Conselheiro
374 Jorge Higashino, que principiou explicitando que sentia falta de comparações com
375 outros países. Esclareceu que, no Japão, há mais de 30 anos esse fenômeno de
376 redução ou envelhecimento da população já é patente. Ressaltou que os mais
377 velhinhos, que já cumpriram sua parte, continuam contribuindo sem esperança alguma
378 de receber alguma coisa nessa parte complementar. Questionou alguns valores de
379 retorno da aposentadoria, que estão muito aquém da contribuição feita, principalmente
380 considerando as contribuições de pessoas ou de executivos que se aposentam
381 ganhando no máximo, tendo contribuído sempre no teto. Colocou que o problema da
382 Previdência é de *funding* e que seria necessário ter sempre recursos diferenciados,
383 até separados, a fim de haver condições de remunerar aqueles que contribuíram. O

384 Sr. Conselheiro Luiz Antônio Adriano da Silva, a seguir, trouxe uma sugestão de que
385 houvesse um sistema que permitisse universalizar a previdência social a partir do
386 consumo, ou seja, através do recolhimento de uma porcentagem de tudo o que cada
387 pessoa consome durante toda a sua vida, que ficaria depositado numa conta ligada ao
388 seu CPF ou ao número de contribuição e que estaria disponível quando aquele
389 cidadão completasse 65 anos. Destacou que isso tornaria o sistema universal, visto
390 que todos, sem exceção, consomem. O Sr. Conselheiro Nilson Santos Bahia, a seguir,
391 colocou a importância de que a Previdência seja um assunto de Estado, e não de
392 Governo, visto que, neste último caso, quando o Governo muda, altera toda a
393 Previdência. Como política de Estado, a Previdência teria ações duradouras. Solicitou
394 que os trabalhos teóricos representassem cenários futuros que colocassem a
395 Previdência como uma questão de Estado, com políticas permanentes, e não de
396 Governo. O Sr. Presidente, a seguir, passou a palavra a Sra. Conselheira Maria Júlia
397 Reis Nogueira, que colocou duas questões: a sonogação e a informalidade, que fazem
398 com que um número muito grande de pessoas fiquem de fora da Previdência Social.
399 Lembrou que, inevitavelmente, essas pessoas um dia recorrerão ao sistema. O Sr.
400 Conselheiro Roberto Nogueira Ferreira avaliou que a questão demográfica exerce,
401 sobre a Previdência, uma pressão menor do que a informalidade. Destacou que o
402 idoso não é um problema, mas a solução e que, em sua opinião, a maneira de
403 financiar o idoso não seria por meio de contribuição previdenciária, mas, sim, de
404 impostos gerais. Ressaltou que fica preocupado com certos ataques à carteira de
405 trabalho, que é fonte de garantia de cidadania e é necessária. Enfatizou o problema de
406 se permitir que se alargue de maneira assustadora o número de pessoas físicas que
407 estão se transformando em pessoas jurídicas hoje, no Brasil, e que alguns segmentos
408 já estão usando modelos de pessoas jurídicas em substituição a carteira de trabalho
409 como se fosse o surgimento de novos e grandes empreendedores. Destacou que, ao
410 se comparar o Brasil com outros países, essas comparações deveriam levar em conta
411 outros fatores, como o fato de que alguns têm alíquota de quase 70% sobre o imposto
412 de renda e que, na sua opinião, deveria ser criado um modelo "tupiniquim". O Sr.
413 Presidente passou, então, a palavra a Sra. Ana Amélia, que agradeceu e disse que
414 finalizaria falando sobre a questão da informalidade. Segundo ela, é necessário pensar
415 a Previdência juntamente com o mercado de trabalho, já que o sistema é solidário, e
416 que a Previdência só será viável se houver um aumento grande do número de
417 contribuintes. Chamou a atenção para o fato de que não temos de nos assustar
418 porque os idosos vão pressionar a saúde, a previdência, etc. O Sr. Presidente
419 agradeceu a participação da Sra. Ana Amélia e destacou a importância dela voltar
420 quando terminasse seu trabalho sobre as trabalhadoras rurais. Dando continuidade,
421 ressaltou que o enfoque que a Dra. Ana Amélia deu foi para traçar uma panorâmica
422 sobre a dinâmica da demografia e o que ela repercute na Previdência Social por que
423 ela fora construída para trazer como dados para o Fórum Nacional que está
424 analisando todos os ângulos das questões que refletem na Previdência Social, para
425 depois deliberarem que alternativas, que ajustes seriam convenientes, oportunos,
426 necessários para adequar ao sistema previdenciário no médio e longo prazo.

427

428 2 – Indicadores do Auxílio-doença

429

430 O Sr. João Donadon começou a sua apresentação discorrendo sobre os indicadores
431 do auxílio-doença, os benefícios por incapacidade na Previdência Social que têm tido
432 uma explosão na sua concessão nos últimos tempos. Ele ressaltou a quantidade de
433 pessoas que recebem os benefícios da Previdência Social que, hoje, chega a 21
434 milhões e 640 mil sem contar a quantidade de benefícios de Prestação Continuada,
435 mas que, segundo ele, não onera o orçamento da Previdência. Colocou que o auxílio-
436 doença é um benefício de incapacidade por motivo de doença ou decorrente de
437 acidente de qualquer natureza. Abordou a carência exigida para o auxílio-doença, que
438 é de um ano de contribuição sem perda de qualidade ao assegurado, mas há casos

439 em que não se exige carência nenhuma. Mostrou que o cálculo da renda mensal do
440 auxílio-doença está incidindo sobre o valor do salário do benefício, ressaltando que o
441 salário do benefício é a média dos 80% melhores salários de contribuição, desde 1994
442 para cá, e o auxílio-doença corresponde a 91% do salário de benefício. Mostrou um
443 gráfico de evolução de estoque de auxílio-doença que correspondia à explosão da
444 quantidade de benefícios de 2000 até 2006, que foi de 570 mil para 1 milhão e 570 mil
445 benefícios. Informou que tanto a empresa quanto o funcionário podem requerer o
446 benefício por intermédio da *Internet*. Destacou a evolução do estoque do auxílio-
447 doença previdenciário até março de 2007, mostrando que, na verdade, ele tinha uma
448 trajetória bastante ascendente até meados de 2005, começo de 2006, e depois uma
449 redução e uma recuperação. Justificou que algumas das alterações substanciais foram
450 em decorrência da mudança do comportamento da perícia médica, em que a
451 Previdência abandonou o mecanismo de utilização dos médicos terceirizados e
452 passou a contratar médicos peritos. Mostrou um comparativo de valor recebido pelo
453 beneficiário e o valor da renda mensal inicial dos auxílios-doença e afirmou que em
454 alguns casos o valor do benefício é maior do que a remuneração. Justificou que a
455 queda em 2005 foi em razão da Medida Provisória 242, que fazia uma limitação do
456 valor do benefício de auxílio-doença, de uma forma bastante acentuada. Apresentou
457 uma tela que mostrava uma evolução de uma remuneração nominal, a real e a
458 utilizada no cálculo da previdência. Apresentou outra tela que fazia uma comparação
459 entre o último salário de contribuição e qual seria o valor do benefício recebido pelo
460 trabalhador que, lá em 1994, tinha uma renda equivalente a três salários mínimos e
461 que, a partir daí, só teve reajuste com base no INPC. Conclui que houve um ganho
462 real nos mecanismos de atualização das respectivas remunerações de 1,29%. Isso se
463 ele tivesse uns anos de contribuição apenas. Se ele tivesse mais de um ano de
464 contribuição, o valor do benefício dele acabaria sendo afetado porque se ele tinha uma
465 contribuição, faria apenas o período final dele, os últimos 12 meses. Se ele tinha 2, 3
466 ou 5 anos de contribuição, ele tinha um tempo maior para aplicar os índices de
467 atualização do salário. Mostrou o exemplo de uma pessoa que tivesse contribuído
468 mais de 12 anos, teria uma renda de 679 reais. Ressaltou que independentemente do
469 tempo de filiação, de contribuição para a Previdência, o valor dos benefícios não se
470 alteram muito, embora eles sejam, em todos os casos, superiores à última renda, à
471 última remuneração. Usou a mesma tabela de cálculos, o mesmo quadro, para dar o
472 exemplo de um bancário, que teve seu reajuste com base nos momentos de reajuste
473 das remunerações dos trabalhadores, os dissídios, e viu-se que os resultados
474 variavam. Justificou que a variação era decorrente dos momentos, dos meses
475 diferentes de reajustes de benefício. Demonstrou a sua preocupação no sentido de
476 que as pessoas não se empenham em se recuperar mais rapidamente, preferem
477 permanecer afastadas, e com isso há grandes despesas para a Previdência.
478 Apresentou o PLS 261, que é um Projeto de Lei que foi originário de umas discussões
479 em relação à própria MP 242, de 2005. A Câmara dos Deputados aprovou um
480 substitutivo que tinha vários pontos e esse substitutivo trazia um parágrafo com uma
481 inserção do artigo 29 da Lei 8.213 e estabeleceu uma limitação: "A renda mensal do
482 auxílio-doença não poderá exceder a média aritmética simples dos 12 últimos salários-
483 de-contribuição, inclusive no caso de remuneração variável, ou, se não alcançado o
484 número de 12, a média aritmética simples dos salários-de-contribuição existentes."
485 Informou que o texto fora aprovado na Câmara, que foi para o Senado, mas que
486 acabou não sendo votado em tempo e a Medida Provisória perdeu a eficácia, então,
487 perdeu-se toda a votação. A fim de aproveitar o processo que já havia sido decidido
488 pela Câmara dos Deputados, o então Líder do Governo no Senado, Aluísio
489 Mercadante, reproduziu todo o processo aprovado na Câmara e deu entrada no
490 Senado como um PLS novo, que recebeu o número 261. Destacou que algumas
491 medidas que estavam dentro dele foram aprovadas em outros processos, como foi o
492 caso do plano de inclusão social dos 11%. Informou também que ele foi ajustado,
493 continua no Senado e que faz parte do PAC. Fez uma observação que seria

494 necessário inserir uma regrinha ao final. No caso da pessoa que tiver menos 12
495 contribuições, não é razoável pegar a média dos doze, porque pode ter uma
496 contribuição no teto e às vezes alguém produzia essa contribuição porque sabia que
497 iria requerer esse benefício logo em seguida. Seria mais razoável calcular um doze
498 avos da soma de todos os salários de contribuição que a pessoa tiver, de julho de
499 2004 para cá. Se ele tiver, por exemplo, 10 contribuições, seriam dez doze avos desse
500 valor. O Sr. Conselheiro Roberto Nogueira Ferreira pediu a palavra e fez uma
501 pergunta: qual seria a possibilidade de haver uma imperícia ou até mesmo fraude ou
502 equívocos administrativos dentro deste número? O Sr. João Donadon respondeu que
503 foram feitas várias avaliações para identificar o porquê dessa explosão de benefícios.
504 Afirmou que uma das causas é a fragilidade no reconhecimento das incapacidades.
505 Falou que a terceirização da perícia médica, com certeza, contribuiu para isso. Citou
506 que quando se avalia a quantidade de baixas, de reduções dos benefícios por
507 incapacidade, o que se percebe é que se tem muito mais dificuldade para se dar alta
508 médica aos trabalhadores desempregados do que aos em atividade. Que, na verdade,
509 o auxílio-doença andou substituindo, em parte, em alguns casos, o seguro-
510 desemprego. A outra questão foi as próprias mudanças das regras de aposentadoria
511 por tempo de contribuição, pois o fator previdenciário fez com que as pessoas
512 permanecessem um pouco mais trabalhando. Conclui a sua resposta dizendo que o
513 fato do benefício ser maior na inatividade do que na atividade, distorce um pouco a
514 finalidade do sistema previdenciário, que é repor a renda, não é ofertar uma
515 comodidade maior, uma renda maior ao trabalhador inativo. O Sr. Conselheiro Roberto
516 Nogueira Ferreira pediu a palavra e ressaltou a necessidade de se fazer um estudo
517 profundo a respeito do crescimento do benefício auxílio-doença. O Sr. João Donadon
518 reforçou dizendo que muitos desses auxílios-doença previdenciários, talvez devessem
519 ser auxílios-doença acidentários porque são trabalhadores que já estão nas empresas
520 há algum tempo. Mas, que em razão disso também foram feitas algumas medidas
521 relacionadas com a questão de saúde e segurança do trabalhador, como a aplicação
522 do FAP, que foi uma reivindicação antiga dos segmentos que mais investem em
523 prevenção e que queriam ter um tratamento contributivo diferente. Explicou que foram,
524 então, criados mecanismos capazes de identificar as doenças que eram mais comuns
525 em alguns estabelecimentos, em algumas atividades, estabelecendo aí uma
526 ferramenta nova para a perícia médica trabalhar, um dado novo que é o nexu técnico
527 epidemiológico, o que propiciou, em boa hora, a possibilidade de se fazer uma revisão
528 desse enquadramento das empresas dentro dos graus de risco e agora a avaliação do
529 desempenho empresa por empresa dentro dos próprios segmentos econômicos. O Sr.
530 Conselheiro Roberto Nogueira Ferreira ressaltou que achou muito importante a
531 introdução por nexu com o grau de risco porque todas as empresas vão ter de
532 trabalhar para estar no melhor patamar de risco. O Sr. João Donadon concordou com
533 o posicionamento do Sr. Conselheiro Roberto Nogueira Ferreira e acrescentou que há
534 a possibilidade de se expandir as faixas, porque para alguns 1% ainda é muito caro e
535 para outros 3% é muito pouco. Ele ressaltou que com a criação de outras faixas, há a
536 possibilidade de separar os segmentos e dar uma conformidade melhor, um pouco
537 mais de justiça na tributação desses segmentos. Citou que dentro do PLS 261 há uma
538 informação sobre uma tentativa de combate à fraude em relação a acidente no
539 trabalho para assegurar ao trabalhador que sofrer acidente no trabalho o direito à
540 cobertura normal, mesmo que ele ainda não esteja registrado, porque o trabalhador,
541 independente de qualquer coisa, tem de ser atendido pela Previdência. Informou que a
542 proposta inicial era que todas as despesas da Previdência pudessem ser ressarcidas
543 pela empresa. Mas o Congresso entendeu que a melhor forma seria aplicar uma
544 multa, e no caso ela é gradativa de até 48 vezes, equivalente a quatro anos de salário
545 de contribuição do trabalhador. Falou sobre o caso dos cartórios deixarem de fazer a
546 comunicação de ocorrências de óbitos e isso faz com que a Previdência continue
547 pagando o benefício. Relatou sobre uma proposta de acabar com a pensão por morte
548 para o beneficiário condenado, em trânsito e julgado por prática de crime doloso de

549 que tenha resultado na morte do segurado. Ressaltou a questão da anulação dos atos
550 administrativos, que é o direito à Previdência de anular os atos administrativos de que
551 decorrerem efeitos favoráveis para os seus beneficiários e que decai em 10 anos. E no
552 caso de fraude comprovada, o prazo será contado a partir do momento em que a
553 Previdência tomar conhecimento desse fato. O Sr. Presidente abriu para eventuais
554 perguntas que alguém quisesse fazer. Como não houve nenhuma manifestação, o Sr.
555 Presidente deu por encerrada a Ordem do Dia.

556

557 **V – OUTROS ASSUNTOS**

558

559 O Sr. Presidente indagou aos Srs. Conselheiros se alguém queria acrescentar alguma
560 coisa além dos temas abordados, ou se teriam algum assunto para ser trazido para a
561 próxima discussão. Passou, então, a palavra ao Sr. Conselheiro Luiz Antônio Adriano
562 da Silva, que solicitou esclarecimentos acerca de uma rubrica, no pagamento do INSS,
563 que diz respeito a um desconto no pagamento do 13º salário e que estava causando
564 muitas dúvidas nos membros da força sindical. A seguir, sugeriu como pauta para a
565 próxima reunião os seguintes itens: a condição do empréstimo consignado do cartão
566 de crédito, em relação aos eventos de turismo; a reunião do grupo de trabalho;
567 esclarecimento sobre qual será a posição do INSS em relação às pensões que foram
568 reajustadas a 100%. O Sr. Presidente ressaltou que as dúvidas do Sr. Conselheiro
569 Luiz Antônio Adriano da Silva poderiam ser melhor esclarecidas se o Sr. Valdir Simão
570 ou o Sr. Benedito Brunca estivessem ali e afirmou que sobre o 13º salário incide
571 imposto de renda, sim. O Sr. Nelson Simabuguro pediu a palavra ao Sr. Presidente
572 para esclarecer a questão, relatou que sobre o 13º salário incide o imposto de renda e
573 acrescentou que o que ocorreu foi um problema no processamento e que esse
574 desconto não foi feito sobre uma das parcelas do décimo terceiro. Isso foi identificado
575 no início do ano e ficou acordado com o INSS que, em abril, seria feito esse desconto
576 que não tinha sido feito em novembro de 2006. Ele ainda afirmou que a resposta a
577 essa questão seria dada pelo INSS, ou mais precisamente pelo Sr. Benedito Brunca
578 posteriormente. O Sr. Presidente pediu para que o pedido fosse formalizado para que
579 a resposta pudesse sair até antes da próxima reunião. O Sr. Conselheiro Jorge
580 Higashino pediu a palavra ao Sr. Presidente, acrescentou que a fórmula que estava
581 sendo usada para deduzir o imposto de renda estava errada e solicitou que fosse
582 corrigida para evitar que algum desavisado pudesse deduzir do Imposto de Renda. O
583 Sr. Presidente disse ao Sr. Conselheiro Jorge Higashino que levaria a questão ao Sr.
584 Benedito Brunca. A Sra. Conselheira Alessandra da Costa Lunas pediu a palavra e
585 solicitou que fossem colocados na pauta da próxima reunião os seguintes itens: a
586 questão da aprovação do Projeto de Lei 6852; o acesso dos trabalhadores rurais ao
587 regime geral da previdência; e qual era a situação estrutural do INSS. O Sr. Presidente
588 informou aos Conselheiros que algumas daquelas solicitações feitas pela Sra.
589 Conselheira Alessandra da Costa Lunas já haviam sido discutidas e acrescentou que,
590 em relação ao PL 6852, estava sendo preparado um material para que o Ministro
591 conversasse com o Palácio do Planalto no sentido de tentar restabelecer a vigência
592 constitucional e que tinha sido obtido do Ministério do Trabalho uma cópia das
593 portarias que prevêm a constituição de um grupo de trabalho para a discussão de
594 alternativas para viabilizar uma forma de proteção dos trabalhadores temporários na
595 área rural. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Conselheiro Nilson Santos Bahia
596 que solicitou que fosse colocado na pauta da próxima reunião a questão da emenda
597 três, principalmente no que diz respeito ao veto presidencial. O Sr. Presidente explicou
598 que a emenda três era a possibilidade de substituição da mão-de-obra formal do
599 trabalhador por uma relação de trabalho, de serviço. Era deixar de contratar um
600 empregado e contratar um empresário. Ressaltou que no início podia contratar
601 autônomos, depois a legislação mudou para contratação de cooperativa e, por último,
602 a contratação de pessoa física, tudo isso visando a um recolhimento menor de
603 imposto. Reforçou que a emenda não era boa para a Previdência e informou que a

604 Previdência também foi uma das proponentes do veto do Presidente da República. A
605 Sra. Conselheira Maria Júlia Reis Nogueira pediu a palavra e reforçou a importância
606 de ser colocado esse item como pauta da próxima reunião por que a questão da
607 fiscalização deveria ser debatida. O Sr. Presidente informou aos Conselheiros que a
608 questão da emenda 3 tinha sido relacionada e seria levada ao Sr. Secretário Helmut
609 Schwarzer para discussão. O Sr. Conselheiro Evandro José de Morello pediu a
610 palavra e solicitou que fosse colocada como pauta para a próxima reunião a questão
611 do descontingenciamento dos recursos do INSS. O Sr. Presidente informou aos
612 Conselheiros que sobre o assunto de descontingenciamento, o INSS ficou de fazer o
613 levantamento das necessidades para desreprezar ou pelo menos melhorar o
614 atendimento nos locais que estão mais críticos da Previdência e qual a necessidade
615 de recursos para isso. Reforçou que para a próxima reunião se teria um melhor
616 delineamento sobre a questão orçamentária do INSS, que poderia ser apresentada
617 matéria na pauta para deliberação, possivelmente com formulação de uma resolução,
618 mas que isso também seria levado ao Sr. Secretário Helmut Schwarzer. O Sr.
619 Conselheiro Luiz Antônio Adriano da Silva pediu a palavra e solicitou que fosse
620 colocado na pauta da próxima reunião o item: ajuda de custos para os Conselheiros
621 participarem da reunião. O Sr. Presidente informou que tinha sido registrado o pedido
622 do Sr. Conselheiro Luiz Antônio Adriano da Silva e em seguida passou a palavra a
623 Sra. Conselheira Josepha Theotônia de Britto que solicitou ao Sr. Presidente o
624 empenho para que os assuntos realmente sejam colocados na próxima reunião. Em
625 seguida, pediu esclarecimentos sobre a realidade do 135 e perguntou quantos
626 benefícios deixaram de ser requeridos porque não houve oportunidade. O Sr.
627 Conselheiro Evandro José Morello pediu a palavra e informou a Sra. Conselheira
628 Josepha Theotônia de Britto que existiam mais de três milhões de processos com
629 agendamento eletrônico. O Sr. Presidente mencionou que o Sr. Valdir Simão o
630 informou que todos esses dados estariam sendo disponibilizados na *Internet*. A Sra.
631 Conselheira Josepha Theotônia de Britto pediu a palavra e acrescentou a sua
632 preocupação com relação à situação da Super Receita: qual era a situação dos
633 funcionários da linha de arrecadação? A Sra. Conselheira Maria Júlia Reis Nogueira
634 pediu a palavra e informou que segundo informações do próprio INSS, seria criado um
635 prazo de 120 dias para um projeto de lei de um plano de carreiras e salários e que
636 eles teriam um tempo para optarem se vão ou não ficar. O Sr. Presidente ressaltou
637 que a partir do início do próximo mês as coisas começariam a se definir mais
638 claramente, em relação à Receita Federal do Brasil. Esclareceu que em relação aos
639 trabalhadores administrativos, os que estão na linha de benefícios permanecem – não
640 se mexe com a situação deles – os que estão na linha de arrecadação, em princípio
641 vão para lá. Os que estão nas linhas limítrofes, que trabalham um pouco com cada
642 uma delas, vão ter condições de optar.

643

644 VI – ENCERRAMENTO

645 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos,
646 desejando-lhes um bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 131ª Reunião
647 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social.
648 Brasília, 25 de abril de 2007.

649